

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015



Banco Société Générale Brasil S.A.

 **SOCIETE GENERALE**
Corporate & Investment Banking

Índice

Banco Société Générale Brasil S.A.	> 5
Relatório Administração	> 6
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 31
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	> 32



Banco Société Générale Brasil S.A.

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o parecer dos Auditores Independentes referentes aos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado das seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A. e Société Générale S.A. CCTVM. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 1,35 bilhão (R\$ 1,37 bilhão em 31 de dezembro de 2015) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 32,87% (24,14% em 31 de dezembro de 2015) – Índice alcançado de Basileia.

Excluindo o resultado de equivalência patrimonial de suas controladas, o banco apresentou um lucro de 41,8 milhões no exercício de 2016 (R\$ 58,7 milhões de prejuízo em 2015). O prejuízo de suas controladas deve-se majoritariamente ao processo de encerramento das empresas do setor de financiamento ao consumidor.

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				
		Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			10.326.929	13.762.538
Disponibilidades	5		38.787	2.551
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		3.998.221	5.272.835
Aplicações no mercado aberto			3.796.103	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros			202.118	566.186
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		852.810	1.661.180
Carteira própria			334.667	525.350
Vinculados à prestação de garantias			87.846	560.355
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		430.297	575.475
Relações interfinanceiras			41	73
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil			38	73
Créditos vinculados - Correspondentes			3	-
Operações de crédito			6.527	290.634
Operações de crédito - setor privado	9.a		10.205	291.348
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	10		(3.678)	(714)
Outros créditos			5.430.543	6.535.265
Carteira de câmbio	11		5.310.849	6.302.266
Rendas a receber			311	491
Negociação e intermediação de valores	8		59	152.368
Diversos	12.a		126.109	84.025
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10		(6.785)	(3.885)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2.411.515	3.573.605
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		209.875	172.052
Aplicações em depósitos interfinanceiros			209.875	172.052
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		664.080	562.581
Carteira própria			79.160	5.528
Vinculados à prestação de garantias			230.551	177.065
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		354.369	379.988
Operações de crédito			34.585	160.333
Operações de crédito - setor privado	9.a		34.585	160.333
Outros créditos			1.502.975	2.678.639
Carteira de câmbio	11		1.233.814	2.459.261
Diversos	12.a		269.161	219.378
PERMANENTE			492.754	380.148
Investimentos			489.306	375.933
Participações em controladas	14		489.281	375.897
Outros investimentos			25	36
Imobilizado de uso			3.448	4.215
Outras imobilizações de uso			11.855	11.312
Depreciações acumuladas			(8.407)	(7.097)
TOTAL DO ATIVO			13.231.198	17.716.291

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO				
		Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			9.764.701	12.873.756
Depósitos.....	15		744.420	753.301
Depósitos à vista			6.115	1.266
Depósitos interfinanceiros			423.583	664.364
Depósitos a prazo			314.722	87.671
Captações no mercado aberto	16		841.135	-
Carteira de Terceiros.....			697.459	-
Carteira de Livre Movimentação.....			143.676	-
Relações interdependências			21.463	5.881
Recursos em trânsito de terceiros			21.463	5.881
Obrigações por empréstimos e repasses	17		2.689.337	5.891.019
Empréstimos no exterior			2.686.428	5.887.594
Repasses do exterior			2.547	3.205
Repasses do País - FINAME.....			362	220
Instrumentos financeiros derivativos.....			297.953	969.278
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		297.953	969.278
Outras obrigações.....			5.170.393	5.254.277
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....			716	1.921
Carteira de câmbio	11		4.921.198	5.065.978
Fiscais e previdenciárias.....	12.b		171.964	169.010
Negociação e intermediação de valores.....	8		46.472	-
Diversas	12.c		30.043	17.368
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			2.111.816	3.473.180
Depósitos.....	15		315.108	159.856
Depósitos interfinanceiros			79.555	96.465
Depósitos a prazo			235.553	63.391
Obrigações por empréstimos e repasses	17		232.323	784.136
Empréstimos no exterior			220.513	763.344
Repasses do exterior			282	3.667
Repasses do País - FINAME.....			11.528	17.125
Instrumentos financeiros derivativos.....			111.312	261.163
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		111.312	261.163
Outras obrigações.....			1.453.073	2.268.025
Carteira de câmbio	11		1.247.766	2.097.440
Fiscais e previdenciárias.....	12.b		182.890	154.040
Diversas	12.c		22.417	16.545
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	18		2.382	71
Resultado de exercícios futuros			2.382	71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		1.352.299	1.369.284
Capital social			2.956.929	2.956.929
Reserva de capital			2.018	2.286
Reserva de reavaliação			-	180
Ajustes de avaliação patrimonial			2.924	(3.104)
Prejuízos acumulados			(1.609.572)	(1.587.007)
TOTAL DO PASSIVO			13.231.198	17.716.291

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		531.903	(778.736)	3.021.246
Operações de crédito		26.983	60.177	41.361
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		505.876	1.130.105	892.656
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	(956)	(1.969.018)	2.087.229
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(382.739)	947.544	(2.883.583)
Operações de captações no mercado		(129.212)	(233.922)	(73.082)
Operações de empréstimos e repasses		(231.646)	1.478.980	(2.708.042)
Resultado de operações com câmbio		(22.229)	(291.650)	54.841
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	348	(5.864)	(157.300)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		149.164	168.808	137.663
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(80.201)	(97.051)	(239.465)
Receitas de prestação de serviços		9.684	16.296	25.868
Resultado de participações em controladas e coligada	14	(22.130)	(64.530)	(164.740)
Despesas de pessoal		(31.658)	(59.673)	(54.854)
Outras despesas administrativas	22	(24.238)	(49.372)	(46.361)
Despesas tributárias		(11.734)	(19.972)	(13.733)
Outras receitas operacionais	23	25.911	116.032	32.939
Outras despesas operacionais	24	(26.036)	(35.832)	(18.584)
RESULTADO OPERACIONAL		68.963	71.757	(101.802)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.627	2.650	57
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		71.590	74.407	(101.745)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	(56.495)	(97.091)	(121.691)
Provisão para imposto de renda corrente		(46.604)	(65.097)	(31.059)
Provisão para contribuição social corrente		(38.887)	(52.069)	(20.865)
Ativo/Passivo fiscal diferido		28.996	20.075	(69.767)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		15.095	(22.684)	(223.436)
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO R\$		14,84	(22,31)	(219,71)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.374.923	4.119	211	2.066	(1.363.756)	1.017.563
Aumento de capital - AGE de 24 de abril de 2015 e AGE de 23 de dezembro de 2015	19.c	582.006	-	-	-	-	582.006
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	185	185
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	348	-	-	-	348
-Controladas		-	(2.181)	-	-	-	(2.181)
Reservas de reavaliação		-	-	(31)	-	-	(31)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(5.170)	-	(5.170)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(223.436)	(223.436)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas-Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	-	119	119
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	(147)	-	-	-	(147)
-Controladas		-	(121)	-	-	-	(121)
Reservas de reavaliação		-	-	(180)	-	-	(180)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	6.028	-	6.028
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(22.684)	(22.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.956.929	2.018	-	2.924	(1.609.572)	1.352.299
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		2.956.929	1.949	-	(85)	(1.624.667)	1.334.126
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	134	-	-	-	134
-Controladas		-	(65)	-	-	-	(65)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	3.009	-	3.009
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	15.095	15.095
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.956.929	2.018	-	2.924	(1.609.572)	1.352.299

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre/exercícios		15.095	(22.684)	(223.436)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(281.154)	1.299.334	6.484.723
Depreciações e amortizações		687	1.541	1.925
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(3.876)	2.964	(11.910)
Provisão para perdas com outros créditos		3.528	2.900	2.061
Atualização de depósitos judiciais		(10.690)	(21.227)	(16.074)
Constituição/Atualização de provisão para riscos	13 (ii)	(9.457)	(3.216)	7.724
Impostos diferidos		(28.996)	(20.075)	69.767
Aquisição de bens não de uso		-	-	(7.841)
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos		(258.095)	1.264.132	6.280.300
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		3.551	7.665	(6.317)
Provisão para pagamento de plano de ações		64	120	348
Resultado de participação em controladas		22.130	64.530	164.740
Lucro líquido ajustado		(266.059)	1.276.650	6.261.287
Variação de ativos e obrigações		(2.582.547)	(2.539.071)	(2.203.274)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(568.476)	(189.843)	880.500
Redução em títulos e valores mobiliários		72.954	536.074	1.423.928
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		14.351	19.616	(8.609)
(Aumento) redução em operações de crédito		413.585	406.891	(302.417)
Redução em outros créditos		13.075.025	4.520.953	3.723.325
Redução em outros valores e bens		290	-	7.841
Aumento em depósitos		490.191	146.371	606.176
Aumento no mercado aberto		241.080	841.135	-
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(3.925.051)	(5.287.223)	5.809
Redução em outras obrigações		(13.207.939)	(2.884.977)	(8.843.419)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		179.122	(650.379)	303.569
Aumento em resultados de exercícios futuros		2.321	2.311	23
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(2.848.606)	(1.262.421)	4.058.013
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas		(75.000)	(180.000)	(222.000)
Alienação de investimentos		11	11	-
Aquisição de imobilizado de uso		(1.005)	(1.077)	(717)
Alienação de imobilizado de uso		303	303	8
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(75.691)	(180.763)	(222.709)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento em obrigações por empréstimos		-	-	582.006
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	-	582.006
AUMENTO DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(2.924.297)	(1.443.184)	4.417.310
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		6.237.723	4.756.610	339.300
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		3.313.426	3.313.426	4.756.610

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O suporte das operações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador, Banco Société Générale Brasil S.A. Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração das controladas Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas. Em 03 de fevereiro de 2015 a Administração do Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A. anunciou aos seus colaboradores o encerramento de suas operações.

■ 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O banco passou a publicar a partir de junho de 2015 exclusivamente suas demonstrações financeiras individuais atendendo as normas vigentes. As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial consolidadas são divulgadas no site eletrônico do banco atendendo a resolução 4.280 de 31 de outubro de 2013. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e
- h) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN nº 4.424/15. i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de fevereiro de 2017.

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Carteira de câmbio - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos - • As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip - Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações - Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

p) Mensuração a valor de mercado - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação - A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e suas alterações posteriores, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, e suas alterações posteriores, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades.....	38.787	2.551
Aplicações no mercado aberto.....	3.274.635	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	4	47.410
Total.....	<u>3.313.426</u>	<u>4.756.610</u>

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2016	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	3.796.103	-	-	-	-	3.796.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	53.962	148.156	163.895	45.980	-	411.993
Total.....	<u>3.850.065</u>	<u>148.156</u>	<u>163.895</u>	<u>45.980</u>	<u>-</u>	<u>4.208.096</u>
Em 31 de dezembro de 2015	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	4.706.649	-	-	-	-	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	87.352	478.834	131.794	39.224	1.034	738.238
Total.....	<u>4.794.001</u>	<u>478.834</u>	<u>131.794</u>	<u>39.224</u>	<u>1.034</u>	<u>5.444.887</u>

■ 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por categoria:

	2016		2015	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:.....	411.011	413.827	531.527	530.878
Títulos para negociação:.....	332.244	334.667	209.847	209.496
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	83.910	83.946	4.221	4.221
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	70.057	69.798	133.017	132.940
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	178.277	180.923	50.842	50.568
Cotas de fundos de investimento.....	-	-	21.767	21.767
Títulos disponíveis para venda:.....	78.767	79.160	321.680	321.382
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	78.767	79.160	321.680	321.382
Vinculados à prestação de garantias:.....	311.695	318.397	749.592	737.420
Títulos para negociação:.....	87.606	87.846	560.823	560.354
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	56.371	56.359	108.472	108.493
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	29.408	29.629	436.409	436.058
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	1.827	1.858	15.942	15.803
Títulos disponíveis para venda:.....	224.089	230.551	188.769	177.066
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	224.089	230.551	188.769	177.066
Total.....	<u>722.706</u>	<u>732.224</u>	<u>1.281.119</u>	<u>1.268.298</u>

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda					
	2016				
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	IR/CS Diferidos	Saldo MtM líquido de IR/CS
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	302.356	309.711	7.355	(3.310)	4.045
Total.....	<u>302.356</u>	<u>309.711</u>	<u>7.355</u>	<u>(3.310)</u>	<u>4.045</u>
Títulos disponíveis para venda					
	2015				
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	IR/CS Diferidos	Saldo MtM líquido de IR/CS
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	510.449	498.448	(12.001)	5.400	(6.601)
Total.....	<u>510.449</u>	<u>498.448</u>	<u>(12.001)</u>	<u>5.400</u>	<u>(6.601)</u>

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas no respectivo administrador do fundo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2016			2015		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses.....	422.513	-	422.513	769.850	-	769.850
A vencer entre 3 e 12 meses.....	-	-	-	-	315.855	315.855
A vencer entre 1 e 3 anos.....	-	153.856	153.856	-	182.593	182.593
A vencer entre 3 e 5 anos.....	-	155.855	155.855	-	-	-
Total.....	<u>422.513</u>	<u>309.711</u>	<u>732.224</u>	<u>769.850</u>	<u>498.448</u>	<u>1.268.298</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Composição por emissor

	2016	2015
Títulos para negociação	422.513	769.850
Públicos	422.513	748.083
Governo Federal	422.513	748.083
Privado	-	21.767
Cotas de fundos de investimento	-	21.767
Títulos disponíveis para venda	309.711	498.448
Públicos	309.711	498.448
Governo Federal	309.711	498.448
Total	732.224	1.268.298

e) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos swap's por indexador: e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 31 de dezembro de 2016

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
CAP x PRE	221.892	(6.263)	(10.762)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	5.323	5.398
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	55.000	60	(202)
CDI x EURO	334.427	117.518	117.127
CDI x IPCA	24.100	(114)	(354)
CDI x PRE (Termo)	365.000	-	(10.915)
CDI x DOLAR	60.000	18.459	18.584
Cesta de Ações x PRE	375.739	6.243	10.762
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	441.296	(3)	(1.484)
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	11.263	8.285	8.383
DOLAR (NDF)	4.074.158	103.746	110.830
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	88.232	94.380
EURIBOR x EUR ECB	119.368	(947)	(5.614)
EURIBOR x PRE	386.479	(116.894)	(117.287)
EURO (NDF)	1.616.993	(579)	4.036
FRANCO SUIÇO (NDF)	1.371	143	159
IPCA x CDI	24.200	92	280
JPY Reuters 11 NY (NDF)	217	50	52
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	376.126	3	1.590
LIBRA ESTERLINA (NDF)	16.617	1.623	1.820
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	56.511	51.545
PRE x DOLAR	253.867	12.127	20.257
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	551.687	45.571	61.812
PRE x EURIBOR	60.000	(4.773)	(4.391)
PRE x EURO	232.258	17.428	18.517
	9.849.561	351.841	374.523

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2015

Swaps e NDF's

Indexador

	Valor de referência Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
ABI BB x CDI	19.070	(932)	(3.077)
AUD Reuters 11 NY (NDF)	203	(8)	(9)
BAC UM x CDI	13.516	(645)	(1.954)
CA FP x CDI	18.693	(634)	(4.084)
Call Digital x PRE	51.613	1.315	12.036
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	15.912	(87)	(323)
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	105.000	407	2.644
CDI - 0,95% x EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48.255)	(52.404)
CDI x ABI BB	19.070	932	3.077
CDI x BAC UM	13.516	645	1.954
CDI x CA FP	18.693	634	4.084
CDI x EURO	264.164	12.100	12.720
CDI x IPCA	26.600	(293)	19
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa)	1.082.849	(220.071)	(246.879)
Cesta de Ações x PRE	207.276	13.284	21.121
Cesta de Moedas x PRE	71.015	5.113	6.896
CHF (NDF)	206.497	(95.068)	(91.292)
COROA NORUEGUESA (NDF)	776	-	(25)
DIS US x PRE	8.178	366	478
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	85.000	164	(482)
DOLAR x LIBOR US 6M (Fluxo de caixa)	183.033	806	2.141
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	19.212	20.753	21.742
DOLAR (NDF)	5.147.894	35.595	47.295
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	126.036	131.503
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	83.969	83.680
DOLAR CANADENSE (NDF)	203.000	6.646	11.169
Dow Jones US Real Estate Index Fund x PRE	12.618	109	534
EURIBOR x EUR ECB	642.474	(44)	636
EURIBOR x PRE	60.000	(3.186)	(2.758)
EURO (NDF)	1.042.268	(11.960)	(18.237)
Euro ECB (NDF)	1.007.846	153.270	175.103
EuroREUTERS11NY (NDF)	33.847	982	360
FRANCO SUICO (NDF)	357	(6)	2
GBP Reuters 11NY (NDF)	8.754	440	330
IPCA x CDI	24.200	231	(155)
JPY Reuters 11 NY (NDF)	479	6	3
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	85.000	(157)	570
LIBOR US 6M x DOLAR (Fluxo de caixa)	336.591	17	(33)
LIBRA ESTERLINA (NDF)	31.043	(5.886)	(6.504)
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	207.276	(13.287)	(21.121)
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	(11)	-
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48.534)	(46.599)
PRE x Call Digital	51.613	(1.308)	(12.036)
PRE x Cesta de Moedas	71.015	(5.089)	(6.896)
PRE x DAX	17.525	(147)	(21)
PRE x DIS US	8.178	(367)	(478)
PRE x DOLAR	367.201	(205.532)	(225.692)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	178.597	(59.587)	(66.065)
PRE x EURIBOR	79.574	(2.716)	(3.938)
PRE x Euro ECB (Fluxo de caixa)	67.245	(4.405)	(5.403)
PRE x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	(154)	(123)
PRE x S&P	39.900	(897)	(115)
PRE x Shares Dow Jones US Real Estate Index Fund	12.618	(107)	(37)
	<u>12.750.046</u>	<u>(265.553)</u>	<u>(276.643)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções flexíveis				
Compra de opção de venda.....	-	-	6.839	1
Venda de opção de venda.....	-	-	6.840	(1)
	-	-	13.679	-
	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções listadas				
Posição comprada-Opções de venda	124.400	861	184.400	1.665
Total	124.400	861	184.400	1.665
	2016		2015	
	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Valor dos contratos
Operações a termo				
Compras a termo a receber.....	36.452	-	-	-
Obrigações por compra de termo a pagar	(36.435)	-	-	-
Total	17	-	-	-

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, NDF e Opções

	2016	2015
Curto prazo	430.297	575.475
Longo prazo	354.369	379.988
Saldo registrado no ativo:	784.666	955.463
Curto prazo	(297.953)	(969.278)
Longo prazo	(111.312)	(261.163)
Saldo registrado no passivo:	(409.265)	(1.230.441)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	375.401	(274.978)

e.2) Mercado futuro

	2016		2015	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	5.296.028	(44.684)	10.210.287	151.732
DI	4.450.667	59	4.136.558	604
Dólar	1.125.725	(1.696)	3.659.475	(2.412)
Total	10.872.420	(46.321)	18.006.320	149.924

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 42.479 (R\$ 1.604.312 em 2015). Os contratos de "swap", NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2016

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos
"Swap"	585.746	1.088.916	1.390.462	491.750	583.330	-
NDFs	2.780.173	2.014.964	621.200	35.572	257.448	-
Futuros	3.729.365	3.868.815	1.121.779	1.131.542	793.686	227.233
Operações a Termo	36.452	-	-	-	-	-
Opções	-	124.400	-	-	-	-
Total	7.131.736	7.097.095	3.133.441	1.658.864	1.634.464	227.233

Em 31 de dezembro de 2015

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos
"Swap"	466.368	3.067.787	679.598	270.000	583.329	-
NDFs	3.460.511	3.318.749	367.816	271.158	264.730	-
Futuros	11.567.800	4.553.405	1.046.150	339.171	499.794	-
Opções	7.627	6.052	184.400	-	-	-
Total	15.502.306	10.945.993	2.277.964	880.329	1.347.853	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os seguintes resultados:

	2016	2015
NDF	236.408	(303.402)
"Swap"	798.535	(320.202)
Mercado futuro	(3.006.953)	2.248.960
Opções	2.992	461.873
Total	(1.969.018)	2.087.229

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	2016		2015	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(348.131)	-	(698.051)	-
DDI	346.704	(370.771)	696.386	(606.303)
DI	-	353.093	-	598.003
Marcação a mercado do "hedge" de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		2.108		2.833
Imposto sobre a marcação a mercado do "hedge" fluxo de caixa		949		1.275

e.4) Cotas de fundo de investimento - Como parte da estratégia do Banco, o SG SD Fundo de Investimentos Multimercado-IE foi totalmente resgatado em 08 de agosto de 2016 pelo valor R\$ 23.255.660,38. A cota de fundo de investimento estava representada por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado exclusivo, cuja composição é demonstrada abaixo:

	2015
SG SD FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	21.767
Disponibilidades	8.982
LTN	12.761
Valores a receber/(pagar)	24
Total de cotas de fundos de investimento	229.690,09132000

■ 8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

Operação:

	2016	2015
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	2	149.924
Swap	57	2.444
Total	59	152.368

b) Passivo - Outras obrigações

Operação:

	2016	2015
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	46.323	-
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	149	-
Total	46.472	-

■ 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	32.516	136.289
Financiamentos	12.274	315.392
Total das operações de crédito	44.790	451.681
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	419.321	1.539.976
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	8.118	15.716
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 12)	47.832	6.375
Total de outros créditos	475.271	1.562.067
Total do risco da carteira	520.061	2.013.748

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Diversificação por atividade:

	2016	2015
Setor privado:		
Indústria	343.828	1.889.988
Comércio	151.140	63.983
Instituições financeiras	-	25.688
Pessoas físicas	301	254
Prestação de serviços	23.034	31.357
Outros serviços	1.758	2.478
Total	<u>520.061</u>	<u>2.013.748</u>

c) Vencimento:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	6.852	1,32	289	0,01
A vencer até 3 meses	42.491	8,17	480.395	23,86
A vencer de 3 a 12 meses	403.309	77,55	594.924	29,54
A vencer de 1 a 3 anos	61.094	11,75	921.910	45,78
A vencer de 3 a 5 anos	6.315	1,21	16.230	0,81
Total	<u>520.061</u>	<u>100,00</u>	<u>2.013.748</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2016		2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	124.589	23,96	778.007	38,63
10 seguintes maiores devedores	356.311	68,51	1.010.037	50,16
20 seguintes maiores devedores	33.627	6,47	210.228	10,44
50 seguintes maiores devedores	5.534	1,06	15.476	0,77
Total	<u>520.061</u>	<u>100,00</u>	<u>2.013.748</u>	<u>100,00</u>

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 778.007 em 2015, não comprometendo assim o percentual de exposição de 25% do PR.

e) Nível de risco:

		2016			2015		
Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	184.091	-	184.091	1.499.925	-	1.499.925
A	0,50%	120.823	-	120.823	336.563	-	336.563
B	1,00%	188.806	587	189.393	146.071	-	146.071
C	3,00%	292	1.244	1.536	27.479	-	27.479
D	10,00%	6.081	-	6.081	3.421	-	3.421
E	30,00%	13.118	2.350	15.468	-	-	-
H	100,00%	-	2.669	2.669	-	289	289
		<u>513.211</u>	<u>6.850</u>	<u>520.061</u>	<u>2.013.459</u>	<u>289</u>	<u>2.013.748</u>

f) Provisão por nível de risco:

		2016		2015	
Nível	%	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	184.091	-	1.499.925	-
A	0,50%	120.823	604	336.563	1.683
B	1,00%	189.393	1.894	146.071	1.461
C	3,00%	1.536	46	27.479	824
D	10,00%	6.081	608	3.421	342
E	30,00%	15.468	4.640	-	-
H	100,00%	2.669	2.670	289	289
Total		<u>520.061</u>	<u>10.463</u>	<u>2.013.748</u>	<u>4.599</u>

10. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2016	2015
Saldo inicial	4.599	14.448
Constituição	5.864	157.300
Baixas	-	(167.149)
Saldo final	<u>10.463</u>	<u>4.599</u>
Curto prazo	<u>10.463</u>	<u>4.599</u>
Total	<u>10.463</u>	<u>4.599</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	2.959.247	5.582.236
Direitos sobre venda de câmbio	3.577.298	3.163.575
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	8.118	15.716
Total	6.544.663	8.761.527
Curto prazo	5.310.849	6.302.266
Longo prazo	1.233.814	2.459.261
Total	6.544.663	8.761.527
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	3.603.300	4.026.080
Obrigações por compra de câmbio	2.984.985	4.677.314
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(419.321)	(1.539.976)
Total	6.168.964	7.163.418
Curto prazo	4.921.198	5.065.978
Longo prazo	1.247.766	2.097.440
Total	6.168.964	7.163.418

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais.....	95	239
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 b).....	948	5.401
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13ii) (*).....	236.337	219.378
Devedores por compra de valores e bens a prazo	-	6.375
Impostos e contribuições a compensar	98.893	52.103
Títulos e créditos a receber (nota explicativa 9 a).....	47.832	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 21).....	42	39
Devedores diversos no exterior (**).....	10.693	19.338
Outros	430	530
Total	395.270	303.403
Curto prazo	126.109	84.025
Longo prazo	269.161	219.378
Total	395.270	303.403

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 53.462 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 49.294 em 2015), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.862 (R\$ 2.656 em 2015), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 120.275 (R\$ 109.663 em 2015), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 32.396 em dezembro de 2016 (28.642 em 2015).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	140.115	84.143
Impostos e contribuições a recolher	2.810	3.192
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 20 d).....	63.635	81.676
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	148.294	154.039
Total	354.854	323.050
Curto prazo	171.964	169.010
Longo prazo	182.890	154.040
Total	354.854	323.050

c) Outras obrigações - diversas:	2016	2015
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i).....	17.226	14.696
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i).....	4	4
Provisão com despesas de pessoal.....	14.225	14.273
Provisão para despesas de publicação	161	180
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.759	2.316
Provisão para despesas de advogados	398	279
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21 a).....	13.074	18
Provisão para despesas de auditoria	232	-
Provisão para garantias prestadas (*).....	5.165	1.845
Fundo garantidor de crédito.....	46	8
Outras	170	294
Total	52.460	33.913
Curto prazo	30.043	17.368
Longo prazo	22.417	16.545
Total	52.460	33.913

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2016 R\$ 500.226 (R\$ 735.082 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2016	2015
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 b)	148.294	154.039
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	17.226	14.696
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	4	4
Total	<u>165.524</u>	<u>168.739</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	154.039	14.696	4	168.739
Constituição	-	-	1	1
Baixas	-	-	(1)	(1)
Reversão	(14.564)	(2.447)	-	(17.011)
Atualização	8.819	4.977	-	13.796
Saldo final.....	<u>148.294</u>	<u>17.226</u>	<u>4</u>	<u>165.524</u>
Devedores por depósitos em garantia	233.655	2.682	-	236.337

Em 31 de dezembro de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	147.389	13.624	3	161.016
Constituição	1	-	-	1
Baixas	-	(1)	-	(1)
Reversão	(1.639)	(36)	-	(1.675)
Atualização	8.288	1.109	1	9.398
Saldo final.....	<u>154.039</u>	<u>14.696</u>	<u>4</u>	<u>168.739</u>
Devedores por depósitos em garantia	215.064	4.314	-	219.378

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	148.294	148.294	27.243	17.226	4	4
Perdas possíveis (b)	78.821	-	115	-	1.508	-
Perdas remotas	41.323	-	2.663	-	5.406	-
Total	<u>268.438</u>	<u>148.294</u>	<u>30.021</u>	<u>17.226</u>	<u>6.918</u>	<u>4</u>

Em 31 de dezembro de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	154.039	154.039	27.496	14.696	4	4
Perdas possíveis (b)	69.280	-	85	-	1.788	-
Perdas remotas	39.028	-	2.410	-	4.417	-
Total	<u>262.347</u>	<u>154.039</u>	<u>29.991</u>	<u>14.696</u>	<u>6.209</u>	<u>4</u>

Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais: • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 3.982 (R\$ 3.852 em 2015); • Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 97.736 (R\$ 91.003 em 2015); • Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira ("Box quatro Pontas") realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 41.421 (R\$ 40.002 em 2015);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível - • Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 35.531 (R\$ 28.642 em 2015); • Cobrança de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 11.276 (R\$ 10.352 em 2015); **Trabalhistas:** Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. **Cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

■ 14. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A.- Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Informações das controladas:												
Capital social.....	799.579	733.518	555.535	561.596	134.398	89.398	90.415	15.415	-	231		
Ordinárias	-	-	-	-	2.448.501	1.282.532	46.616.240	7.956.446	-	-		
Preferenciais.....	1.191.392	894.384	608.489.004	615.127.380	2.448.501	1.282.532	46.616.240	7.956.446	-	-		
Cotas									-	300		
Participações - %	100	100	100	100	-	100	100	100	-	1		
Patrimônio líquido	246.854	198.932	57.406	98.673	94.339	60.023	90.682	18.263	-	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.	(17.960)	(19.100)	(35.141)	(129.908)	(8.864)	(16.348)	(2.581)	616	-	-		
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro de 2015 ...	198.932	154.672	98.673	91.228	60.023	55.964	18.263	17.647	6	6	375.897	319.517
Ajuste de avaliação patrimonial	(32)	(6)	(12)	2	(1.857)	1.152	-	-	-	-	(1.901)	1.148
Ajuste de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	-	155	-	-	-	-	-	155
Outras reservas de capital	63	(1.634)	(221)	(649)	-	100	-	-	-	-	(158)	(2.183)
Plano de Pagamento Baseado em Ações Controladas	-	-	-	-	37	-	-	-	-	-	37	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(180)	-	-	-	-	-	-	-	(180)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(17.960)	(19.100)	(35.125)	(129.908)	(8.864)	(16.348)	(2.581)	616	-	-	(64.530)	(164.740)
Aumento / (Redução) de capital	66.061	65.000	(6.061)	138.000	45.000	19.000	75.000	-	-	-	180.000	222.000
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)	-
Variações Patrimoniais de incorporação	(210)	-	332	-	-	-	-	-	-	-	122	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 ...	246.854	198.932	57.406	98.673	94.339	60.023	90.682	18.263	-	6	489.281	375.897

Em 02 de fevereiro de 2016, O Banco Cacique S.A. aumentou seu capital social em R\$ 60.000. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016. Em 01 de agosto de 2016, o Banco Cacique S.A. aumentou seu capital social em R\$ 6.061. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 01 de agosto de 2016 o Banco Pecúnia S.A. reduziu o Capital Social em R\$ 6.061. Esta redução foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 12 de Fevereiro de 2016, a SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, aumentou seu Capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Social em R\$ 45.000. O referido aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 19 de Fevereiro de 2016. Em 26 de agosto de 2016, a Société Générale S.A. CCTVM, aumentou seu Capital Social em R\$ 75.000. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central em 29 de agosto de 2016.

15. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem vencimento	6.115	1.266	-	-	-	-	6.115	1.266
Até 3 meses	-	-	621	19.001	373.413	623.373	374.034	642.374
De 3 meses a 1 ano	-	-	314.101	68.670	50.170	40.991	364.271	109.661
De 1 a 3 anos	-	-	235.205	63.391	79.555	96.465	314.760	159.856
De 3 a 5 anos	-	-	348	-	-	-	348	-
Total	<u>6.115</u>	<u>1.266</u>	<u>550.275</u>	<u>151.062</u>	<u>503.138</u>	<u>760.829</u>	<u>1.059.528</u>	<u>913.157</u>

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2016		A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros		697.459	697.459
Carteira de Livre Movimentação		143.676	143.676
Total		<u>841.135</u>	<u>841.135</u>

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2016		2015	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	-	(166)	-	-
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	404.685	291.073	1.672.013	(514.626)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.154.267	1.070.030	3.963.313	(1.689.145)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	347.990	117.576	1.015.612	(500.849)
Subtotal	<u>2.906.942</u>	<u>1.478.513</u>	<u>6.650.938</u>	<u>(2.704.620)</u>
Repasse do País				
Finame	11.889	(327)	17.345	(352)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	2.829	794	6.872	(3.070)
Total	<u>2.921.660</u>	<u>1.478.980</u>	<u>6.675.155</u>	<u>(2.708.042)</u>
Curto prazo	2.689.337		5.891.019	
Longo prazo	232.323		784.136	
Total	<u>2.921.660</u>		<u>6.675.155</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY com vencimentos até 2017 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,56% ao ano em 2016 (1% ao ano em 2015). (b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,75% ao ano. (c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2016 (4,41% ao ano em 2015). (d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 3.379 (em 2015 desfavorável em R\$ 2.560).

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2016	2015
Comissão de operação em moeda estrangeira	2.382	71
Total	<u>2.382</u>	<u>71</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2016	2015
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Aumento de capital - Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 267.003, passando o capital de R\$ 2.374.923 para R\$ 2.641.926, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 45.914 ações ordinárias com direito a voto e 45.914 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de abril de 2015. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 315.003, passando o capital de R\$ 2.641.926 para R\$ 2.956.929, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 54.168 ações ordinárias com direito a voto e 54.168 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2015.

d) Reserva de capital - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 27. **e) Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

■ 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias....	74.407	(101.745)	74.407	(101.745)
Alíquota vigente	25%	25%	20% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente...	(18.602)	25.436	(14.881)	15.263
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(16.133)	(41.185)	(12.907)	(24.711)
Ajustes de preços de transferência para o exterior	(445)	(336)	(356)	(202)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(5.597)	(8.544)	(4.478)	(5.126)
Dividendos e JCP recebidos	-	46	-	28
-Incentivo fiscal	(611)	(392)	(487)	(236)
-Outras despesas não dedutíveis	1.804	1.035	(462)	(129)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	804	(1.930)	644	(1.158)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(18.284)	23.209	(14.628)	13.925
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	36	-	29	-
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(476)	(37.200)	(380)	(22.320)
-Provisão para publicação de balanço	5	(7)	4	(4)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	5.386	4.048	4.309	2.429
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(227)	(546)	(182)	(328)
-Honorários advocatícios	(30)	18	(24)	11
-Outras diferenças temporárias	68	(458)	50	(274)
-Provisão garantias	(4.093)	-	(3.274)	-
-Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20%(*)	-	-	-	(1.556)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(56.395)	(36.806)	(47.023)	(24.388)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	11.153	(38.021)	8.922	(31.746)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros períodos	(8.702)	5.746	(5.046)	3.524
Total de imposto de renda e contribuição social	(53.944)	(69.081)	(43.147)	(52.610)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. O Banco possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16.169 (R\$ 16.229 em 2015) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 349.103 (R\$ 354.296 em 2015), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 164.372 (R\$ 166.736 em 2015) e não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2016	2015
Diferenças temporárias:	2.107	12.002
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	2.107	12.002
Total	2.107	12.002
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	527	3.001
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)		
Diferenças temporárias:	2.107	12.002
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	2.107	12.002
Total	2.107	12.002
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	421	2.400
Total crédito tributário constituído	948	5.401

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2016	2015
Saldo inicial	5.401	2.410
Adições	-	2.991
Baixas	(4.453)	-
Saldo final	948	5.401

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2016	2015
Saldo inicial	81.676	13.893
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(29.771)	44.866
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(1.275)	(1.984)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	9.695	24.901
Ajustes a valor de mercado TVM - disponíveis para venda	3.310	-
Saldo final (*)	63.635	81.676

(*) Nota explicativa nº 12 b

e) **Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Ano	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2016	2015
2016	-	5.401
2017	948	-
Total	948	5.401

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 851 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.664 em 2015)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	411.989	397.278	46.948	38.465
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	23	23	298	325
Depósitos à vista	(16)	(17)	-	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	27.785	(29.476)	69.806	(27.255)
Depósitos interfinanceiros	(73.855)	(96.467)	(8.419)	(6.952)
Société Générale S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	17	13	184	156
Depósitos à vista	(28)	(4)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(5.701)	(5.091)	(744)	(766)
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	-	1	-	20
Depósitos à vista	-	(6)	-	-
Depósitos a prazo	-	(434)	-	(58)
Banco Pecúnia S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	46.096
Depósitos interfinanceiros	(61.066)	(94.828)	(9.259)	(6.072)
Banco Cacique S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	298.478	9.490	56.807
Depósitos interfinanceiros	(260.988)	(523.454)	(47.086)	(12.875)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	700	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(404.685)	(1.018.447)	(291.073)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	-	-	-	(8.636)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	42.482	-	14.719
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	151	-	1.186
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Credores diversos no exterior (**).	(13.074)	(18)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.154.267)	(3.964.630)	(1.070.030)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(347.990)	(1.015.612)	(117.576)	(19.585)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(652.249)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	2	2	21	20
Depósitos à vista	(31)	(20)	-	-
Depósitos a prazo	(2.345)	(2.259)	(307)	(270)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(8)	-	-	-
Depósitos a prazo	-	(11.223)	(996)	(1.987)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	(251.598)	270.631	(247.192)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	851	-	1.186
Aplicações em depósitos interfinanceiros	411.989	695.756	56.438	141.368
Aplicações em moeda estrangeira	-	42.482	-	14.719
Depósitos à vista	(83)	(47)	-	-
Depósitos a prazo	(2.345)	(13.916)	(1.303)	(2.315)
Depósitos interfinanceiros	(401.610)	(719.840)	(65.508)	(26.665)
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	42	39	503	521
Obrigações em moeda estrangeira	(2.558.952)	(5.635.326)	(1.361.103)	-
Credores diversos no exterior (**).	(13.074)	(18)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(347.990)	(1.015.612)	(117.576)	(28.221)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	82.590	(281.074)	340.437	(274.447)
	(2.821.569)	(6.914.239)	(1.155.830)	(155.924)

(*) Nota explicativa nº 12 a; (**)Nota explicativa nº 12 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2016	2015
Proventos.....	4.940	4.562
Contribuição ao INSS	1.234	1.141
Total	6.174	5.703

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2016			2015		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

■ 22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2016	2015
Despesas de água, energia e gás.....	47	120	169
Despesas de material	37	79	72
Despesas de serviços técnicos especializados.....	4.450	8.242	14.218
Despesas de processamento de dados.....	1.975	3.790	3.000
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.038	12.971	12.092
Despesas de aluguéis	1.553	3.005	3.133
Despesas de serviços de terceiros	1.306	7.244	3.043
Despesas de manutenção e conservação de bens	227	703	463
Despesas de comunicações	509	1.055	1.282
Despesas de contribuições filantrópicas.....	2.374	2.703	1.542
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	58	117	129
Despesas de arrendamento	17	38	63
Despesas de seguros	161	161	109
Despesas com entidades de classe.....	311	649	631
Despesas de propaganda e publicidade.....	61	118	150
Despesas de publicações	90	122	232
Despesas de transportes.....	69	154	275
Despesas de promoções e relações públicas	525	646	910
Despesas de viagem.....	512	1.059	1.576
Despesas de depreciação e amortização.....	687	1.541	1.925
Despesas com serviços de consultoria e assessoria.....	1.412	2.701	-
Despesas com auditoria	531	827	548
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	95	845	32
Outras	193	482	767
Total	24.238	49.372	46.361

■ 23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2016	2015
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	13.038	14.564	1.639
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	1.957	2.447	36
Atualização de depósitos judiciais	10.690	21.227	16.074
Atualização de depósitos trabalhistas	144	318	118
Juros sobre capital próprio	-	-	368
Juros e multas	71	243	132
Levantamento depósitos judiciais	9	9	19
Variação monetária	2	76.318	14.368
Outras	-	906	185
Total	25.911	116.032	32.939

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2016	2015
Prestação de serviços no exterior	9	9	147
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	-	-	1
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	4.429	8.819	8.288
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	1.111	4.977	1.109
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	-	1	1
Provisão de garantias recebidas	13.052	13.052	-
Variação monetária	4.004	4.010	7.146
Provisão para Garantias prestadas (*)	3.431	3.431	1.845
Despesas com depósitos judiciais	-	1.526	-
Outras	-	7	47
Total	<u>26.036</u>	<u>35.832</u>	<u>18.584</u>

■ 25. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia II. O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcom) e Câmbio (RWAcam); • Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad). Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2016	2015
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.352.202	1.368.528
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	406.242	623.729
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	9.462	21.600
Valor da margem		<u>936.498</u>	<u>723.199</u>

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2016		2015	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	261.787	19%	431.349	32%
RWACAM	3.782	0%	26.468	2%
RWAJUR1	13.963	1%	14.016	1%
RWAJUR2	100.226	7%	97.775	7%
RWAJUR3	63	0%	3	0%
PACS	120	0%	3.074	0%
RWAOPAD	26.301	2%	51.044	4%

- Extrapolação

	2016	2015
Índice alcançado	32,87%	24,14%

■ 26. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

	Valor contábil da causa	
	2016	2015
Processo	-	494
IRRF sobre cota de fundo ao portador (*)	-	494
Total	<u>-</u>	<u>494</u>

(*) Em dezembro de 2016, o processo que discutia a retenção de IR sobre cota de fundo ao portador foi homologado e consolidado pela Receita Federal, resultado no encerramento definitivo do litígio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2016 e outorgados a partir de 1º de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas foram liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). I - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco. A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2015. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4ª e 6ª. serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada. II - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício. A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2016	2015
Plano de ações livres	-	131
Plano de ações diferidas.....	715	731
Total	715	862
Saldo no início do semestre.....	581	514
Constituição	134	348
Saldo no fim do semestre.....	715	862

■ 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 772 (R\$ 789 em 2015) e pelos funcionários R\$ 890 (R\$ 700 em 2015).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR:

Leandro dos Santos
CRC - SP 262040/O-6

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A., (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. A partir de abril de 2017, este comitê passará a se reportar diretamente à Diretoria Executiva, com o objetivo de contribuir para a simplificação e otimização da administração e governança locais, sem prejuízo da transparência no processo de deliberações, relatórios regionais / globais e controle de SG, em consonância com a Lei n. 6.404 / 1976 que regula a composição societária e ambiental de entidades brasileiras (inclusive instituições financeiras) que não requer a constituição nem a manutenção de um Conselho de Administração por entidades não listadas, como é o caso da BSGB. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos;
- Avaliação da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em Junho/2016 até a conclusão das atividades relativas ao

semestre encerrado em 31/12/2016, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de dezembro/2016.
- Acompanhamento do plano de auditoria interna.
- Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa.
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria.
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06, através da emissão de dashboards mensais.
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período.
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2016.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017

Comitê de Auditoria